

# Polícia da ONUMOZ está a provocar anarquia

— acusa o Governo

O Governo de Moçambique insurgiu-se contra o comportamento da Polícia da ONUMOZ, CIVPOL, a quem acusa de visitar esquadrões e prisões à noite, exigindo acesso ou a sua abertura, sem observar quaisquer normas.

O Executivo refere ainda que apesar de terem recebido das autoridades policiais, a diversos níveis, informações por eles solicitadas, para o desempenho da sua tarefa, os elementos da CIVPOL frequentemente deslocam-se às esquadrões da Polícia, ou à sede da Polícia de Intervenção Rápida, ou mesmo às províncias, e ali contactam qualquer elemento da Polícia que entender, solicitando as mesmas informações pedidas e já fornecidas.

Acusa ainda o Governo de a Polícia da ONUMOZ variar as formas do seu procedimento, sempre que muda a nacionalidade dos seus responsáveis que entram em contacto com a Polícia da República de Moçambique.

Estes factos estão contidos num documento sobre a posição do Governo relativamente às questões levantadas no relatório do presidente da CSC, doutor Aldo Ajello, na sessão de 22 de Abril último.

No documento o Governo levanta outras questões relacionadas com o acantonamento e a desmobilização das tropas, formação das FADM, entre outras.

No tocante ao primeiro aspecto, sobre o acantonamento e desmobilização das tropas, o Executivo afirma que, neste capítulo, a questão mais saliente é a designada discrepância entre os dados produzidos até recentemente pela Unidade Técnica da ONUMOZ, e os que são fornecidos pelo Governo, no sentido de que os soldados a serem acantonados nas 29 áreas de acomodação são 49 638, e não 61 638, sendo 14 480 daqueles a permanecerem nos centros de tropas não acantonadas, nos termos da alínea e) do nº 71 do Protocolo VI.

Segundo o documento, esta discrepância é derivada do facto de a Unidade Técnica da ONUMOZ ter baseado o seu trabalho "na suposição" de que o Governo tinha que acantonar e registar 61 638 soldados nas 29 áreas de acantonamento e registar 14 480 soldados, nos centros de tropas não acantonadas. Como se diz claramente, tratou-se de uma suposição, diz o documento.

Porém, como surge uma tal suposição em matéria tão delicada como esta dos números de soldados a acantonar? — Interroga o Governo — e responde em seguida: para encontrarmos uma resposta objectiva que dissipe as tentações especulativas que têm ameaçado envolver esta questão, devemos proceder a uma retrospectiva rigorosa quanto possível dos antecedentes desses números e das comunicações havidas sobre o assunto entre o Governo, a CCF e a CORE.

Continua dizendo que após a entrada em vigor do Acordo Geral de Paz e com o início da sua implementação, havia a necessidade de fornecer, com urgência, o número de efectivos de cada parte, pois que sem isso seria difícil desencadear o processo de implementação dos protocolos pertinentes do AGP.

Refere o documento que nestas condições de urgência, a apresentação dos números quer pelo Governo, quer pela Renamo, foi feita no pressuposto de que se tratava de dados aproximados e que careceriam de ajustamentos, à medida que o processo fosse avançando. Tais ajustamentos ou actualizações estão previstos no Protocolo VI, I, 10 a 1.

E foi assim que no dia 9 de Novembro de 1992, na segunda sessão formal da Comissão de Cessar-Fogo (CCF), a delegação do Governo comunicou a esse órgão que iria acantonar 61 638 militares nas 29 áreas de acomodação a si destinadas. Informou na altura que iria comunicar, depois, o número correspondente aos efectivos dos militares a permanecerem nos centros de tropas não acantonadas.

Afirma o Executivo moçambicano que o número de 61 638 militares foi utilizado pelo Governo em várias reuniões subsequentes da CCF. É esse mesmo número que foi utilizado aquando da Conferência de Doadores de Roma, de Dezembro de 1992.

O Governo continuou a trabalhar no domínio da actualização dos números procedendo ao levantamento e verificação sistemática dos dados relativos aos seus efectivos.

No culminar deste trabalho, o Governo forneceu a 20 de Abril do corrente ano o número de 64 118 militares como sendo o número global mais actualizado dos

como previsto no Protocolo pertinente do AGP.

## SITUAÇÃO DAS FADM

Aposição do Executivo quanto a este aspecto é que apesar dos progressos até aqui registados, é mais que evidente que estamos longe ainda do cenário estabelecido no Acordo Geral da Paz.

Afirma o documento que os atrasos inicialmente registados e os acumulados ao longo do processo de formação das FADM, não foram recuperados e, a cerca de seis meses das eleições, uma das condições fundamentais para a realização das mesmas, em condições de justiça e liberdade, não se mostra satisfeita.

Na ânsia de realizá-las a todo o custo, já se propõe o sacrifício em 50 por cento desta condição fundamental, refere o Executivo, que interroga que se um efectivo de 30 mil homens para as FADM já era em si mesmo ridículo, quando relacionado com a extensão do território e das tarefas que têm a cumprir no difícil contexto geo-político em que o país se insere, a sua redução em 50 por cento equivale a dizer que este país não precisa ou não merece ter

de forças para-militares. Aldo Ajello afirmou estar satisfeito por essas instruções terem sido dadas, e que espera que sejam seguidas e acelerado o seu cumprimento.

Quanto à situação das FADM, o representante especial do Secretário-Geral da ONU afirmou que o AGP fala de um exército único de 30 mil homens, e que, por isso, ninguém estava a pôr em causa o cumprimento desta dita.

Disse que o problema era completamente diferente, uma vez que ninguém está a falar em reduzir o efectivo das FADM em 50 por cento. afirmou que dos três países encarregues de ajudar a formação das FADM, nomeadamente Grã-Bretanha, França e Portugal, os dois primeiros já deram o seu "nó definitivo" à disponibilização de mais fundos para treinar mais efectivos além de 15 mil homens.

Todos os programas neste domínio cobrem apenas a formação de 15 mil homens — refere Ajello — acrescentando que para os restantes 15 mil, não temos até aqui nenhum programa de formação.

Afirmou que em face da indisponibilidade da Grã-Bretanha e da França em financiarem a segunda fase do programa, apenas Portugal indicou que iria estudar o assunto, mas que, mesmo assim, não podia financiar a formação de 15 mil homens, apenas um pouco desse número.

A questão que se coloca agora é o que vamos fazer com os restantes quinze mil homens que não têm programa nem lugar onde ficar, uma vez que os centros de treino para onde se deviam dirigir não estão reabilitados? Pergunta aquela entidade da ONU.

É assim que Ajello revelou ao "Domingo" ter duas propostas para esta situação, nomeadamente, formar imediatamente 50 por cento dos efectivos das FADM, uma vez que existe programa para tal; e depois desmobilizar todos os outros 15 mil que não têm programa de formação. Finalmente proceder ao recrutamento de jovens para completar o efectivo de 30 mil homens.

Portanto, o exército terá sempre 30 mil homens, finis. Disse que os restantes quinze mil homens seriam recrutados depois das eleições, com base no pessoal jovem. Os jovens não têm problemas de manutenção da família e o vencimento para eles pode ser suficiente, o que não sucede com um soldado velho e casado, e portanto com problemas sociais.

Deve ficar bem claro que não podemos cortar o número de 30 mil homens, pois está no Acordo Geral de Paz, afirmou Aldo Ajello.

A outra proposta, segundo Ajello, consiste em tentar encontrar países que possam ajudar na

reabilitação dos centros de treino militar, o que leva tempo e custa dinheiro, e fornecer instrutores para dar uma formação básica. Com estas condições podemos começar, mas sem chegar ao fim, a formação dos restantes 15 mil homens das FADM.

Mas até agora ninguém se ofereceu para isso, o único país que se apresentou é a Itália. Só que até agora este país não tinha Governo, e sem Governo nada podia decidir, afirma o nosso interlocutor, para depois acrescentar que mesmo tendo já o Governo, este necessita de tempo para compreender o problema em questão, mas não tem mais tempo para perder.

Portanto esta segunda opção não é realista porque o tempo é curto e tudo custa dinheiro, tudo devemos comprar, uniformes, reabilitar os centros de treino, fornecer novos instrutores... Isto é muito complicado, observou.

Em sua óptica, os 15 mil homens sem programa, no lugar de continuarem nos centros de acantonamento, deviam ser desmobilizados e mandados para as suas zonas de origem.

Caso contrário — adverte Ajello — vamos fazer eleições com três exércitos: o Exército unificado, composto por 15 mil homens; mais o exército de 7500 homens nas zonas de acantonamento do Governo; e outro de 7.500 homens nas zonas de acantonamento da Renamo!

Numa tal situação e se amanhã haver um problema no processo eleitoral, corremos o risco de ter uma situação idêntica à Angola, e ou não quero isto e, por isso, todos os soldados devem sair dos centros de acantonamento e estes encerrados todos, rematou o nosso interlocutor.

"Domingo" perguntou se um efectivo de apenas 15 mil homens seria suficiente para garantir um clima de paz durante e após o processo eleitoral, ao que Ajello respondeu que numa tal situação, a manutenção de ordem será da competência da Polícia, que a presença no país de tropas da ONUMOZ também irá contribuir na manutenção de segurança e que, finalmente, a própria segurança melhorou bastante ao nível da região.

No que se refere à última questão, relacionada com a articulação entre a PRM e a CIVPOL (Polícia da ONUMOZ), Ajello apenas disse que os problemas de articulação entre as duas forças policiais estavam a ser gradualmente resolvidos, na sequência de encontros que manteve com o Ministro do Interior, Manuel António, e com o Ministro da Justiça, Aly Dauto, onde foram analisados os problemas existentes nesta matéria.



A CIVPOL vem cooperar com a Polícia da República de Moçambique.

Forças Armadas efectivas, bastando-lhe um mero simulacro.

## ARTICULAÇÃO ENTRE PRM E CIVPOL

O relatório apresentado por Aldo Ajello, na sua qualidade de presidente da CSC, no dia 22 de Abril, faz menção de problemas que a Polícia da ONUMOZ, CIVPOL, tem encontrado no seu relacionamento com a Polícia da República de Moçambique (PRM), muito particularmente com a polícia de Intervenção Rápida.

Quanto a esta questão, o Governo esclarece que o que se passa é o seguinte: os elementos da CIVPOL, apesar de terem recebido das estruturas competentes da PRM a diversos níveis as informações por eles solicitadas para o desempenho da sua tarefa, frequentemente deslocam-se às esquadrões da Polícia, ou à sede da Polícia de Intervenção Rápida, ou mesmo às províncias, e ali contactam qualquer elemento da Polícia que entendem solicitando as mesmas informações pedidas e já fornecidas.

Por outro lado, os elementos da CIVPOL visitam esquadrões e prisões a horas inapropriadas da noite, exigindo acesso ou a sua abertura sem a observância de quaisquer normas.

O documento do Governo refere ainda que muito frequentemente os elementos da CIVPOL rejeitam e, por vezes, procuram frustrar o envolvimento dos funcionários da Polícia da República de Moçambique quando querem visitar as instalações deste órgão do Estado moçambicano.

Mas, pelo contrário, se pretende tomar a Polícia da República de Moçambique como algo de extremamente suspeito e sujeito à investigação ou inquérito, como se de sinistra organização de criminosos se tratasse, dificilmente poderá obter a colaboração necessária ao correcto cumprimento da sua tarefa, frisa a resposta do Governo ao relatório do Presidente da Comissão de Supervisão e Controlo, Aldo Ajello.

## OS NÚMEROS SERÃO ACTUALIZADOS

Confrontado pelo "Domingo", sobre a posição do Governo, o doutor Aldo Ajello afirmou que, em relação ao acantonamento e desmobilização das tropas, os números fornecidos pelo Executivo terão que ser actualizados, e que o problema será resolvido.

Disse, contudo, que quanto referida discrepância de números, o erro foi cometido pelo Governo, e não pela ONUMOZ. Ajello afirma, quanto ao facto de o Governo ter fornecido o número de 61 638 militares como dados aproximados sujeitos ao reajustamento, que os documentos que veio a receber posteriormente da parte dos oficiais do exército moçambicano não falavam de números aproximados.

Disse ter em seu poder três documentos que falam do efectivo de 61 638 soldados, mas em nenhum deles consta o termo dados aproximados. Relativamente às instruções que o Governo afirma ter emanado à sua delegação da CCF, respeitantes ao desmantelamento



Uma fase de treino de fuzileiros navais das FADM. Que garantias de segurança para um país com Forças Armadas de 15 mil homens?